

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020

CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA 9ª REGIÃO, através do Pregoeiro designado pela **PORTARIA CRFa 9ª Região Nº 4, de 19 de Abril de 2019**, , leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da **Lei n.º 10.520/2002**, do **Decreto n.º 5.450/2005**, da **Lei Complementar n.º 123/2006**, e, subsidiariamente, da **Lei n.º 8.666/1993**, realizarão licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, tipo **menor preço global**, mediante as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 05 de março de 2020

HORÁRIO: 16:00 h (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

CÓDIGO UASG: 927329

PROCESSO: 18/2019

ANEXOS:

- I - TERMO DE REFERÊNCIA
- II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
- III - MINUTA DE CONTRATO

ITEM - ASSUNTO

- 1 - DO OBJETO
- 2 - DA PARTICIPAÇÃO
- 3 - DO CREDENCIAMENTO
- 4 - DA VISTORIA
- 5 - DO ENVIO DA PROPOSTA E DAS DECLARAÇÕES
- 6 - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
- 7 - DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS
- 8 - DA FORMULAÇÃO DOS LANCES
- 9 - DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
- 10 - DA NEGOCIAÇÃO
- 11 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA
- 12 - DA HABILITAÇÃO
- 13 - DO RECURSO
- 14 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOGAÇÃO
- 15 - DO INSTRUMENTO CONTRATUAL
- 16 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO
- 17 - DO PAGAMENTO
- 18 - DAS SANÇÕES
- 19 - DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
- 20 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. DO OBJETO

- 1.1.** A presente licitação tem como objeto a contratação de **Empresa Operadora de Plano de Assistência à saúde para prestação de serviços médico-hospitalar, ambulatorial e laboratorial, conforme Rol de Procedimentos previstos pela Agência Nacional de Saúde (ANS), em nível nacional, no tipo Plano Básico (tipo enfermaria-semiprivativo) e Plano Opcional (tipo apartamento-privativo), conforme descrito no Termo de Referência (Anexo I).**

Distribuição do Quadro Atual de Servidores e Dependentes por Faixa Etária

Faixas	Servidores		Dependentes	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Até 18 anos				
19 a 23 anos		1		
24 a 28 anos	1			
29 a 33 anos		1		
34 a 38 anos				
39 a 43 anos	1			
44 a 48 anos				
49 a 53 anos				
54 a 58 anos				
59 anos ou mais				
Total	2	2		

- 1.2.** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no site Comprasnet e as especificações constantes deste edital, prevalecerão às últimas.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

- 2.2.** Não poderão participar deste Pregão:

- 2.2.1.** em processo de falência, recuperação judicial, extrajudicial, insolvência, ou sob outra forma de concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

- 2.2.2. que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- 2.2.3. que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, quaisquer que seja sua forma de constituição;
- 2.2.4. cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Pregão; e
- 2.2.5. estrangeiras que não funcionem no País.

3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 3.2. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao sistema para participarem do certame.
- 3.3. O credenciamento do licitante, bem como sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no SICAF.
- 3.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.5. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao CRFa 9ª Região responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4. DA VISTORIA

- 4.1. Não se exigirá que o licitante realize vistoria do local de entrega do bem, tendo em vista a natureza do objeto.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA E DAS DECLARAÇÕES

- 5.1. O licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, com as respectivas especificações detalhadas do(s) objeto(s) conforme item 1.1 deste Edital, preenchendo esta informação no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
 - 5.1.1. O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor ofertado para o item, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
- 5.2. A licitante deverá encaminhar via sistema as seguintes declarações para fins de habilitação:

- a) Declaração de que conhece e concorda com todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- b) Declaração sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação neste certame;
- c) Declaração de que a licitante não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores;
- d) Declaração de Elaboração Independente de Proposta; e
- e) Declaração de que é Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, de acordo com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e art. 11 do Decreto nº. 6.204/07, se for o caso.

5.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

5.4. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

5.4.1. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.

5.4.2. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

5.5. As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.5.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

7.2. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

8.2. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

8.3. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

8.4. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

8.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.6. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, e a pedido da Licitante, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

8.7. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.8. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

8.9. O encerramento da etapa de lances será decidido pelo Pregoeiro, que informará, com antecedência de 1 a 60 minutos, o prazo para início do tempo de iminência.

8.10. Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.

9. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

- 9.1.1.** A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados da convocação pelo sistema, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser CONTRATADA.
- 9.1.2.** Não sendo CONTRATADA a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, e havendo outros **licitantes** que se enquadram na condição prevista no caput, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 9.1.3.** O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 9.1.4.** Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prossegue com os demais licitantes.

10. DA NEGOCIAÇÃO

- 10.1.** O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

10.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 11.1.** O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro, para o endereço eletrônico secretaria@crefono9.org.br, a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo II - Modelo de Proposta de Preços. A licitante será automaticamente desclassificada caso não encaminhe, no prazo estipulado, a proposta de preços atualizada e os documentos de Habilitação.
- 11.2.** O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
- 11.2.1.** O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do CRFa 9ª Região ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 11.3.** Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. A habilitação do licitante vencedor será verificada diretamente no SICAF, e sua idoneidade consultada no site do Conselho de Justiça, após a análise e julgamento das propostas.

12.1.1. Será verificada a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT no site do Tribunal Superior do Trabalho em cumprimento ao disposto na Lei 12.440/2011.

12.1.2. Será verificado no cadastro do SICAF a validade de todas as certidões descritas no documento, ou seja, Certidão Federal Conjunta, Certidão Negativa de Débitos Previdenciários (INSS), Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), Certidão Relativa a Receita Estadual e Certidão Relativa a Receita Municipal.

12.1.3. Será verificado no SICAF – Sistema de Cadastramento de Fornecedores, a(as) linha(as) de fornecimento do licitante vencedor. O Pregoeiro poderá exigir ao licitante o envio do Estatuto ou Contrato Social da empresa para sanar dúvidas referentes ao objeto. No caso de incompatibilidade do objeto com a(as) linha(as) de fornecimento cadastrada(s), o licitante será desclassificado.

12.2. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

12.3. O licitante vencedor, para sua habilitação, deverá apresentar ainda os seguintes documentos:

12.3.1. Atestado de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido satisfatoriamente serviços compatíveis e pertinentes com o objeto desta licitação; O Atestado deverá conter Nome do responsável pela empresa/órgão público emitente, nº do CNPJ e telefone válido para contato. Serão efetuadas diligências para confirmar os dados e os serviços descritos no atestado/declaração. Caso não seja possível a confirmação das informações por falta de dados ou qualquer outro motivo alheio à vontade do CRFa 9ª Região, a empresa será automaticamente desclassificada.

12.3.2. Registro ou autorização do licitante na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

12.3.2.1. No caso de cooperativa, o licitante deverá comprovar o registro, na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, de todas as cooperativas que sejam responsáveis pela prestação dos serviços;

12.3.3. Comprovar, através da apresentação da rede credenciada, que possui o nº mínimo exigido de profissionais na cidade de Manaus e Belém – AM/PA, conforme item 3 do termo de referência;

12.3.4. Comprovar, através da apresentação da rede credenciada, que possui o nº mínimo exigido de Hospitais e Redes de Atendimento na cidade de Manaus e Belém – AM/PA, conforme item 2.18 do termo de referência;

12.3.5. Comprovar que possui rede credenciada em todo Brasil; e

12.4. Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços indicada no item 11, em arquivo único, para o endereço eletrônico secretaria@crefono9.org.br, no prazo de **2 (duas) horas**, contados da solicitação do Pregoeiro através do *chat*.

12.4.1. Os documentos remetidos por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da solicitação do Pregoeiro, ao Av. Gabriel Correa Pedrosa, 180 –3º andar, sala 14 - Ed. Carvalho Center / Conjunto Castelo Branco Bairro: Parque 10 de novembro / Manaus/AM - CEP. 69055-011

12.4.2. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

12.4.3. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

12.4.4. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

12.4.5. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.4.6. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.

12.4.7. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

12.5. Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

12.6. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.

13. DO RECURSO

13.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

13.1.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que indica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante deseja ser revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

13.1.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 13.1, importará decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto da licitação, a licitante declarada vencedora.

13.1.3. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

13.1.4. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

13.2. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

13.3. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

14.2. A homologação deste Pregão compete ao Ordenador de Despesas do CRFa 9ª REGIÃO.

15. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

15.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, o licitante vencedor será convocado para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

15.1.1. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pelo licitante vencedor em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste edital.

15.2. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo CRFa 9ª Região.

- 15.3.** Para assinatura do contrato, será exigida a apresentação de instrumento público de procuração ou de instrumento particular com firma reconhecida do representante que irá assiná-lo, onde comprove a outorga de poderes, na forma da lei. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 15.4.** Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF ou de outros meios se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.
- 15.5.** Quando o licitante convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos, será convocado outro licitante para assinar o contrato, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação.
- 15.6.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.
- 15.6.1.** A CONTRATADA deverá apresentar, no ato de assinatura do instrumento contratual, a lista dos procedimentos para os quais será exigida autorização prévia.
- 15.6.2.** Para assinatura do Contrato será exigido Comprovante do Registro de Inscrição na entidade profissional competente - ANS - Agência Nacional de Saúde

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 16.1.** O objeto desta licitação deverá ser executado no do Conselho Regional de Fonoaudiologia 9ª Região. – CRFa 9ª Região), situado na Rua Gabriel Correa Pedrosa, 180 - 3º andar, sl 14, Ed. Carvalho Center, Conj. Castelo Branco, bairro Parque Dez de Novembro - CEP 69055-011 – Manaus e Belém – AM/PA. O contratado deverá procurar pelo responsável pelo setor no qual será realizado o serviço.
- 16.2.** Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/1993, o objeto desta licitação será recebido, mediante nota fiscal:
- 16.2.1.** Definitivamente, no ato da entrega do(s) serviço(s), para posterior verificação da conformidade do serviço com as especificações do objeto licitado;
- 16.3.** A CONTRATADA deve efetuar a reparação do(s) serviço(s) que não atender (em) as especificações do objeto contratado no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da solicitação.
- 16.4.** Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os objetos possuem vícios aparentes ou redibitórios ou estão em desacordo com as especificações ou a proposta, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanado o problema.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço e/ou bem, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

17. PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela CRFa 9ª Região em até 30 (trinta) dias corridos, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo Setor competente, sendo efetuada a retenção dos tributos e contribuições sobre o pagamento a ser realizado, conforme determina a legislação vigente.

17.2. Os pagamentos serão creditados em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

17.3. Nenhum pagamento será realizado pelo CONTRATANTE sem que antes seja procedida à prévia e necessária consulta ao Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF, para verificação da regularidade da CONTRATADA, além da comprovação de pagamento das remunerações de seus empregados e do recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida.

17.3.1. Constatada a situação de irregularidade da CONTRATADA junto ao SICAF, esta será advertida, por escrito, para que, no prazo de até 10 (dez) dias, regularize sua situação junto ao Sistema.

17.4. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei nº 9.317/96 e sua sucessora, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

17.5. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o CRFa 9ª Região.

18. DAS SANÇÕES

18.1. O licitante será sancionado com o impedimento de licitar e contratar com a Administração e será descredenciado no SICAF e no cadastro de fornecedores do CRFa 9º REGIÃO., pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 20% do valor estimado para a contratação nos casos previstos no artigo 7º, da Lei nº 10.520/2002.

18.2. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o CONTRATANTE, as sanções administrativas aplicadas à CONTRATADA serão:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa;

18.2.3. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração;

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

18.3. O atraso injustificado na entrega dos objetos e/ou serviços previstos neste edital e anexos implicará multa correspondente a 0,3% (zero três por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total da aquisição, até o limite de 20% (vinte por cento) sob pena de extinção do compromisso.

18.4. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, da garantia contratual caso exista ou cobradas diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

18.5. Sempre que não houver prejuízo para o CONTRATANTE, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

18.6. A CONTRATANTE concederá a CONTRATADA, prazo de ampla defesa, na forma da lei.

18.7. Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

19. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

19.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico secretaria@crefono9.org.br.

19.2. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

19.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.4. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico secretaria@crefono9.org.br.

19.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Ao Ordenador de Despesas do CRFa 9ª Região compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

20.1.1. A anulação do Pregão induz à do contrato.

20.1.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

20.2. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desde Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

20.3. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

20.3.1. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

20.4. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

20.5. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte.

20.6. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste edital, prevalecerão as últimas.

20.7. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do CRFa 9ª Região, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei nº 10.520/2002.

20.8. A homologação de resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

- 20.9.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.10.** A despesa com a realização do serviço de que trata o objeto correrá, mediante a emissão de Nota de Empenho/Ordem de Compra, através de recursos distribuídos ao CRFa 9ª Região.
- 20.11.** As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Manaus e Belém – AM/PA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.
- 20.12.** A simples apresentação de proposta implica na completa aceitação dos termos e condições de fornecimento previstas neste Instrumento, bem como na aceitação integral das especificações técnicas contidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

Manaus, 15 de Julho de 2019.

Kethlen Tatyane Galvão de Souza
Coord. Administrativo

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de Empresa Operadora de Plano de Assistência à saúde para prestação de serviços médico-hospitalar, ambulatorial e laboratorial, conforme Rol de Procedimentos previstos pela Agência Nacional de Saúde (ANS), em nível nacional, nos tipos Plano Básico (tipo enfermaria-semiprivativo) e Plano Opcional (tipo apartamento-privativo), conforme especificações detalhadas neste Termo de Referência.

1.2. A despesa com a execução do objeto desta licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, é estimada em R\$ 2.293,70 (dois mil duzentos e noventa e três reais e setenta centavos) mensais.

1.3. Declaramos que estão incluídos no valor da proposta todos os impostos, tarifas, fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto deste contrato, isentando Conselho Regional de Fonoaudiologia 9º Região de quaisquer ônus por despesas decorrentes.

Elementos:

1.4. Os serviços serão fornecidos mensalmente, pelo prazo de duração do contrato, de no mínimo 12 (doze) meses, podendo ser renovado por igual período a critério da Administração pública.

1.5. Os quantitativos apresentados representam uma demanda estimada, não configurando obrigação por parte desta Administração adquiri-los na sua totalidade, sendo pago apenas quantidade correspondente ao número de empregados beneficiados e respectivos dependentes, no período de corte da fatura que será no dia 30/mês;

1.6. O valor global, bem como as parcelas mensais, poderá ter variação em função de mudança quantitativa no quadro de beneficiados da Conselho Regional de Fonoaudiologia 9º Região.

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

2.1. Descrição

2.1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência médica com abrangência nacional pelo sistema de livre escolha do profissional ou serviços de saúde, integrantes da rede credenciada/referenciada.

2.2. Beneficiários

Funcionários do Conselho Regional de Fonoaudiologia 9º Região e seus dependentes, sendo cobrado de cada um o valor estipulado na proposta de preço.

2.2.1. Beneficiário principal

Serão considerados beneficiários principais os empregados do Conselho Regional de Fonoaudiologia 9ª Região que aderirem ao Plano de Saúde.

2.2.2. Beneficiário dependente

Serão considerados beneficiários dependentes econômicos aqueles inscritos pelos beneficiários principais, de acordo com a legislação e descrição que se segue:

- a) a(o) esposa(o) ou a(o) companheira(o) do beneficiário principal, desde que comprovada por meio de instrumento público a existência de união estável;
- b) filho ou filha solteiro(a), menor de 18 (dezoito) anos, e/ou estudante até os 24 (vinte e quatro) anos de idade, desde que dependente economicamente do beneficiário principal;
- c) filho ou filha solteiro(a), de qualquer idade, desde que seja inválido ou deficiente;
- d) o enteado, o menor cuja guarda seja designada por determinação judicial e o menor tutelado;
- e) os nascidos durante a vigência do contrato terão toda a assistência médica, não só durante a permanência da mãe no hospital, como também durante os primeiros 30 (trinta) dias após o parto.

2.3. Identificação do beneficiário

2.3.1. Para fins de atendimento, os beneficiários deverão dirigir-se diretamente à rede médico-hospitalar da CONTRATADA ou por ela credenciada/referenciada, perante a qual se identificarão, mediante apresentação da Carteira de Identidade e respectivo Cartão de Identificação para Assistência Médica.

2.3.2. O cartão de identificação citado anteriormente deverá ser pessoal e intransferível, não conferindo qualquer outro direito, senão aqueles estipulados contratualmente.

2.4. Período de Carência

2.4.1. No início deste contrato, serão incluídos **sem qualquer carência**, inclusive com moléstia preexistente, todos os colaboradores e seus dependentes legais que assim manifestarem interesse em aderir a este Plano.

2.4.2. Igualmente serão incluídos neste Plano, sem qualquer carência, os novos funcionários contratados que a ele venham a aderir ao Plano, desde que manifestem interesse em até 30 (trinta) dias do ato de sua contratação pela Administração.

2.4.3. O(A) cônjuge/companheira(o) e/ou o(s) filho(s) do beneficiário ou dependente, incluídos no Plano, contados a partir da data do casamento e/ou do nascimento, respectivamente, não estarão sujeitos ao cumprimento dos prazos de carência, desde que manifestem interesse em até 30 (trinta) dias do ato de sua contratação pela Administração.

2.4.4. Os empregados e seus dependentes, que venham a ser incluídos durante vigência deste contrato, e que não manifestaram interesse em aderência ao Plano conforme prazos supracitados, ficarão sujeitos à carência legal máxima de 180 (cento e oitenta) dias.

2.4.5. Possibilitar ao beneficiário a opção de troca de Plano, durante a vigência do contrato, respeitada a carência legal máxima de 180 (cento e oitenta) dias, alternando

conforme suas necessidades e condições financeiras.

2.5. Exclusão do beneficiário (respeitadas as condições e garantias previstas na Lei 9.656/98):

2.5.1. A exclusão do beneficiário ocorrerá nas seguintes situações:

- a) se beneficiário principal, por seu desligamento da CRFa 9ª Região ou por morte;
- b) se dependentes, quando o beneficiário principal deixar de fazer jus aos benefícios;
- c) se solicitado por escrito, pelo próprio beneficiário principal.

2.5.2. O beneficiário principal e seus dependentes deixarão de usufruir dos serviços no 1º dia do mês subsequente à exclusão, independente da data em que ocorrer a exclusão.

2.5.3. O beneficiário principal do CRFa 9º Região, com vínculo empregatício, quando demitido sem justa causa ou aposentado poderá solicitar a permanência no plano por intermédio da CONTRATANTE nas mesmas condições do Contrato do plano de saúde, durante vigência do mesmo.

2.5.3.1. O período de manutenção da condição de beneficiário, quando demitido sem justa causa, será de um terço do tempo de permanência no plano de saúde, com um mínimo assegurado de 6 (seis) meses e um máximo de 24 (vinte e quatro) meses, conforme disciplina a Lei Federal 9.656/98, artigo 30, desde que assuma o pagamento integral ao mesmo. Após este período, haverá a exclusão desse Beneficiário definitivamente do Plano, não podendo ser prorrogado.

2.5.3.2. Ao aposentado que contribuir para plano de assistência à saúde por período inferior a 10 (dez) anos é assegurado o direito de manutenção como beneficiário, à razão de um ano para cada ano de contribuição, desde que assuma o pagamento integral do mesmo, como no disposto na Lei Federal 9.656/98, artigo 31.

2.5.3.3. A eventual utilização dos serviços após exclusão do beneficiário será de responsabilidade exclusiva da Administradora de Benefícios Credenciada.

2.5.3.4. A exclusão do empregado implicará exclusão de todos os seus dependentes.

2.5.3.5. A exclusão do titular e demais beneficiários a ele vinculados, dar-se-á pela ocorrência de evento ou ato que implique na suspensão, mesmo que temporária, de seus vencimentos, a partir do primeiro dia do mês subsequente à comunicação à credenciada, da publicação do ato oficial que estabelecer a sua nova condição, quando couber, nas seguintes hipóteses:

2.5.3.5.1. demissão;

2.5.3.5.2. cancelamento voluntário da inscrição, solicitado pelo titular;

2.5.3.5.3. falecimento;

2.5.3.5.4. transferência do empregado para outra empresa, órgão ou entidade não coberto pelo respectivo plano;

2.5.3.5.5. quando deixar de atender às condições de dependente.

2.6. É da responsabilidade do empregado solicitar formalmente à área de Recursos Humanos, por intermédio de solicitação escrita de próprio punho ou e-mail, a exclusão de seus dependentes.

2.7. O não cumprimento das exigências estabelecidas no item 2.6 submeterá o empregado ao pagamento do valor integral cobrado pela Administradora de Benefícios Credenciada, no plano aderido.

2.8. Na hipótese de falecimento do titular, dependente ou agregado à cobrança da mensalidade será efetuada de forma proporcional até o dia do evento.

2.9. O empregado excluído será responsável pela devolução imediata de sua identificação, bem como da de seus dependentes, à Administradora de Benefícios Credenciada.

2.10. No caso de licença sem remuneração, afastamento legal ou em caso de suspensão temporária de remuneração ou proventos, o empregado será excluído, juntamente com os demais beneficiários a ele vinculados, do plano de saúde se não optar pagar diretamente os serviços mediante débito em conta ou boleto bancário emitido em nome do beneficiário durante o respectivo período.

2.11. As hipóteses abaixo discriminadas constituem exclusões, as quais terão o pagamento da mensalidade efetuado até a data da comunicação do evento pelo empregado:

2.11.1. Separação judicial ou divórcio;

2.11.2. Cancelamento de união estável.

2.12. Caberá ao empregado entregar à Administradora de Benefícios Credenciada os documentos necessários para a exclusão de que trata o item 2.6, até o prazo máximo de 15 (quinze) dias do mês subsequente ao da ocorrência do evento.

2.13. A não observância do item anterior desobriga a Credenciada de efetuar a exclusão retroativa, devendo o servidor arcar com os valores devidos.

2.14. No caso dos dependentes legais, filhos ou enteados, que porventura percam a condição de estudante por ocasião do término da faculdade ou quando completarem 24 anos, a exclusão será efetuada no mês subsequente ao da data do evento.

2.15. Tipos de Planos

2.15.1. Deverão ser propostos dois tipos de planos distintos, a saber:

a) Plano Tipo I – Abrangência nacional, com rede hospitalar credenciada em todo o país. Atendimento ambulatorial e hospitalar com internação em quarto coletivo (até três leitos) contendo preferencialmente e de acordo com a disponibilidade da rede credenciada, ar condicionado, frigobar, televisão e banheiro para este quarto, com direito à acompanhante permanente, exceto os beneficiários menores de 18 (dezoito)

anos e maiores de 60 (sessenta) anos. Atendimento em consultório com livre escolha dentro da rede credenciada.

2.16. Serviços

2.16.1 Os serviços contratados serão prestados de forma contínua aos beneficiários mediante apresentação de cartão personalizado, com data de validade e informações úteis à operadora, fornecida por esta, **independentemente de comprovação de pagamento ou de prévia autorização, bem como do local onde se encontre o beneficiário, principalmente em casos de urgência e/ou emergência**, salvo nos casos de procedimentos mais complexos, quando haverá necessidade de prévia autorização.

2.16.1.1. A CONTRATADA deverá apresentar, no ato de assinatura do instrumento contratual, a lista dos procedimentos para os quais será exigida autorização prévia.

2.16.2. Nos casos de atendimento de urgência e emergência, a unidade hospitalar ou equivalente deverá dispor de equipamentos adequados, remédios específicos e equipe com especialistas devidamente treinados.

2.16.3. Os serviços deverão abranger todas as ações necessárias à prevenção da doença e/ou à recuperação, à manutenção e à reabilitação da saúde, com cobertura médico-hospitalar e ambulatorial, compreendendo consulta médica (em hospitais, clínicas e consultórios), cirurgia, assistência pré-natal, ao parto e ao recém-nascido, pronto-socorro, hospitalização, assistência ambulatorial, Unidade de Terapia Intensiva, serviço complementar de diagnóstico e tratamento de rotina e especializado.

2.16.4. Os serviços serão executados pelos estabelecimentos e profissionais parceiros, conveniados, referenciados, credenciados e/ou próprios da empresa CONTRATADA, **sem limite** de consultas e exames de métodos complementares, de internamentos em apartamentos ou enfermarias ou em Unidade de Terapia Intensiva – UTI e semi-intensiva, com instalações climatizadas por meio de ar condicionado, uso de aparelhagem especial em casos necessários, ressalvadas apenas as limitações para a psiquiatria indicada neste Termo de Referência e as características específicas referentes ao tipo de plano de cada beneficiário.

2.16.5. Os procedimentos e eventos ligados à saúde, acobertados pelos planos especificados no presente Termo de Referência, serão aqueles constantes dos anexos da Resolução Normativa nº 167/2008 – ANS, e alterações posteriores, sem quaisquer tipos de limites de utilização, quantidade, prazo e/ou custo, desde que solicitados pelo médico assistente, ressalvados limites indicados neste Termo de Referência.

http://www.ans.gov.br/portal/upload/legislacao/legislacao_regulamentacoes/legislacao_regulamentacoes_normativas/RN167_anexoIeII.pdf

2.16.6. É vedada a exclusão de cobertura às doenças e lesões preexistentes à data de assinatura do contrato decorrente deste Termo.

2.17. Coberturas

Estão cobertas as doenças constantes na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, versão 10, da Organização Mundial de Saúde (exceto item 4 desta).

2.17.1. Internações hospitalares

a) cobertura de internações hospitalares em clínicas básicas e especializadas, inclusive para pacientes portadores de doenças infectocontagiosas, **vedada a limitação de prazo, valor máximo e/ou quantidade**, com exceção apenas nos casos de **internações psiquiátricas**;

b) direito de, pelo menos, 30 (trinta) dias de internação, por ano, para portadores de transtornos psiquiátricos em situação de crise e de, pelo menos, 15 (quinze) dias de internação, por ano, para pacientes portadores de quadros de intoxicação ou abstinência provocados por qualquer forma de dependência química, sendo assegurada, nas internações para além de tal limite o direito de manutenção da internação, a critério médico, bem como toda cobertura acatada pela Resolução CONSU, vigente;

c) cobertura de internações hospitalares em Unidade de Terapia Intensiva ou similares, vedada a **limitação de prazo, custo máximo e quantidade**, a critério do médico assistente;

d) despesas referentes a honorários médicos, serviços gerais de enfermagem e alimentação do paciente, vedadas quaisquer limitações;

e) exames estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, indispensáveis para o controle da evolução da doença e à elucidação diagnóstica, bem assim, fornecimento de medicamentos, anestésicos, gases medicinais, transfusões, hemodiálise, laser, sessões de quimioterapia e radioterapia etc. Tudo em conformidade com a prescrição do médico assistente, realizados ou ministrados durante o período de internação hospitalar, vedadas quaisquer limitações;

f) toda e qualquer taxa, despesa e valores, incluídos os materiais utilizados relativamente à internação hospitalar, inclusive com a remoção do paciente solicitada pelo médico assistente para outro estabelecimento hospitalar, em território brasileiro;

g) cobertura de despesas de acompanhante, no caso de pacientes menores de 18 (dezoito) anos de idade e maiores de 60 (sessenta) anos de idade.

2.17.2. Internações Psiquiátricas

A cobertura hospitalar garantirá, ainda, a cada ano, de vigência do plano:

a) 30 (trinta) dias de internação, em hospital psiquiátrico ou em unidade de terapia ou enfermagem psiquiátrica em hospital geral, para beneficiário (ou dependente) portador de transtornos psiquiátricos em situação de crise, e,

b) 15 (quinze) dias de internação em hospital geral, para beneficiário (ou dependente) portador de quadro de intoxicação ou abstinência, provocados por dependência química, que por este motivo, necessitem de hospitalização.

2.17.3. Serviços Ambulatoriais

2.17.3.1. Consultas Médicas

Consultas médicas prestadas em consultórios, ambulatorios ou pronto-socorro, sem limite;

2.17.3.2. Diagnóstico e Terapia

Desde que estes procedimentos tenham sido requisitados pelo médico assistente;

2.17.3.3. Outros Serviços Ambulatoriais

a) cirurgia de pequeno porte que dispense internação hospitalar ou atendimento de pronto-socorro;

- b) medicamentos e materiais cirúrgicos, exclusivamente aqueles utilizados durante o tratamento ambulatorial; e,
- c) remoção em ambulância, desde que solicitada e justificada pelo médico assistente.

2.17.4. Atendimento Obstétrico

- a) assistência ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do beneficiário, ou de seu dependente, durante os primeiros 30 (trinta) dias após o parto, independente da inscrição prévia do mesmo em algum plano e de quaisquer limitações. O atendimento, neste caso, dar-se-á com a apresentação do cartão de identificação de quaisquer dos genitores;
- b) inscrição assegurada ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do beneficiário, como dependente, ficando, neste caso, isento do cumprimento dos períodos de carência, desde que a inscrição ocorra no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos do nascimento ou da adoção. Em havendo carência, por parte da beneficiária, o recém-nascido ficará vinculado à carência da beneficiária.

2.17.5. Outras Coberturas

2.17.5.1. transporte aeromédico e/ou terrestre de beneficiários que necessitem de remoção, conforme avaliação médica conjunta do médico responsável pelo atendimento e do médico da contratada, além dos critérios abaixo listados;

2.17.5.1.1 aos usuários serão prestados serviços de transporte aéreo, precedido de transporte terrestre, quando necessário, até o ponto de decolagem da aeronave que realizará o transporte aéreo, acompanhado de atendimento médico durante os trâmites de remoção e dos recursos materiais que se fizerem necessários a tal tipo de atendimento, observadas rigorosamente as condições, limitações e restrições constantes abaixo:

- a) solicitação do médico responsável pelo atendimento do usuário, no hospital em que o mesmo esteja internado, uma vez enquadrado o último numa das hipóteses previstas no item 2.17.5.6, abaixo;
- b) providência prévia, por parte dos usuários ou seus responsáveis, quanto à escolha e reserva do local de atendimento médico para onde o paciente usuário será transportado, cumprindo aos mesmos executar as diligências que deveriam executar, caso de atendimento local se tratasse, nos termos do contrato principal firmado entre as partes;
- c) cumprimento, por parte do usuário, da carência para a enfermidade que o acomete, conforme previsto neste edital;
- d) pontualidade, da CONTRATANTE, com as obrigações previstas neste edital;
- e) avaliação, por parte da equipe responsável pelos cuidados médicos de traslado, que não contraindique a realização do transporte, face ao estado de saúde do usuário e a sua relação com a distância, o tempo de remoção, a proximidade do recurso tecnicamente mais adequado, o local do destino e, neste, a existência efetiva de reserva hospitalar, bem como a existência de ambulância adequada à remoção do paciente até o nosocômio;
- f) avaliação, por parte da equipe responsável pelo transporte aéreo, da existência de adequadas condições de voo, na conformidade das regras e instruções estabelecidas para tráfego aéreo pelo Departamento de Aviação Civil do Ministério da Aeronáutica do Brasil.

2.17.5.2. O médico responsável pelo atendimento, para acionar os serviços de remoção aeromédica, terá necessariamente de ser associado/credenciado da CONTRATADA ou de outra rede médica similar, aplicando-se, a última hipótese, tão somente nos casos em

que o contrato principal preveja atendimentos fora das cidades em que atua diretamente, através do seu quadro associativo.

2.17.5.3. Na hipótese de ser impossível, tecnicamente, o transporte aéreo, e possível, tecnicamente, o transporte terrestre por ambulância, a CONTRATADA prestará, substitutivamente, tais serviços, aos beneficiários da CONTRATANTE.

2.17.5.4. A impossibilidade técnica de que trata este instrumento é aquela decorrente de qualquer fator que torne impraticável, em geral, a aviação, e, em específico, no momento, o transporte aeromédico, tal como condições meteorológicas desfavoráveis e falta de infraestrutura aeroportuária na origem ou destino, dentre outros.

2.17.5.5. A remoção aérea de que trata o presente instrumento limita-se, exclusivamente, ao encaminhamento, de algum ponto do território brasileiro até um local de atendimento médico mais próximo e adequado à continuidade do tratamento recomendado ao usuário, contanto que este local compreenda-se nas cidades onde existe cobertura médica pelo contrato.

2.17.5.6. Somente será concedido o traslado, na hipótese do usuário estar sofrendo de uma das seguintes enfermidades, sem que esteja em coma irreversível, ou sem possibilidades terapêuticas (fase terminal):

- a) traumatismo crânio-encefálico que necessite tratamento intensivo;
- b) aneurisma cerebral roto, que necessite assistência intensiva;
- c) traumatismo de face, que necessite cirurgia de reconstrução;
- d) traumatismo ocular grave, com possibilidades de perda de visão;
- e) Outros casos em que, a critério médico, a condição de saúde do paciente exija a remoção urgente, a fim de evitar danos irreversíveis à saúde do mesmo ou, risco de morte.

2.17.6. Cobertura mais ampla, inclusive de transplantes e de procedimentos de alta complexidade, deverá ser realizada nos termos definidos pelas normas editadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

2.17.7. Limitações de Coberturas

- a) Parto: O evento parto termina com a alta concedida à parturiente;
- b) Internação Hospitalar Clínica e Cirúrgica: O limite de cobertura será de uma visita médica hospitalar por dia, exceto nos casos em que haja justificativa médica, mediante a apresentação de relatório médico;
- c) Tratamento Fisioterápico: Limitado ao máximo de 30 (trinta) sessões por patologia, em cada ano e vigência do plano, independentemente da gravidade ou complexidade do caso;
- d) Tratamento Fonoaudiológico: Limitado ao máximo de 6 (seis) sessões por ano de vigência do plano, exclusivamente para tratamentos decorrentes de lesões ocorridas após o ingresso no plano;
- e) Psicoterapia da Crise: Duração máxima de 12 (doze) semanas, tendo início imediatamente após o atendimento de emergência e sendo limitada a 12 (doze) sessões por ano de vigência;

2.17.8. Despesas Excluídas

a) Estão expressamente excluídas da cobertura deste plano e/ou seguro, as despesas abaixo relacionadas, conforme disciplina a Resolução Normativa N.º 167 da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

I - tratamento clínico ou cirúrgico experimental: é aquele que emprega fármacos, vacinas, testes diagnósticos, aparelhos ou técnicas cuja segurança, eficácia e esquema de utilização ainda sejam objeto de pesquisas em fase I, II ou III, ou que utilizem medicamentos ou produtos para a saúde não registrados no país, bem como, aqueles considerados experimentais pelo Conselho Federal de Medicina – CFM, ou o tratamento a base de medicamentos com indicações que não constem da bula registrada na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (uso **off-label**).

II - procedimentos clínicos ou cirúrgicos para fins estéticos, bem como órteses e próteses para o mesmo fim: todo aquele que não visa restaurar função parcial ou total de órgão ou parte do corpo humano lesionada seja por enfermidade, traumatismo ou anomalia congênita;

III - inseminação artificial: técnica de reprodução assistida que inclui a manipulação de oócitos e espermatozoides para alcançar a fertilização, por meio de injeções de espermatozoides intracitoplasmáticas, transferência intrafalopiana de gameta, doação de oócitos, indução da ovulação, concepção pós-tumora, recuperação espermática ou transferência intratubária do zigoto, entre outras técnicas;

IV - tratamento de rejuvenescimento ou de emagrecimento com finalidade estética;

V - fornecimento de medicamentos e produtos para a saúde importados não nacionalizados: medicamentos e produtos para a saúde importados não nacionalizados são aqueles produzidos fora do território nacional e sem registro vigente na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

VI - fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar: medicamentos para tratamento domiciliar são aqueles que não requerem administração assistida, ou seja, não necessitam de intervenção ou supervisão direta de profissional de saúde habilitado ou cujo uso não é exclusivamente hospitalar, podendo ser adquiridos por pessoas físicas em farmácias de acesso ao público e administrados em ambiente externo ao de unidade de saúde (hospitais, clínicas, ambulatórios e urgência e emergência);

VII - fornecimento de próteses, órteses e seus acessórios não ligados ao ato cirúrgico: prótese como qualquer dispositivo permanente ou transitório que substitua total ou parcialmente um membro, órgão ou tecido, e órtese qualquer dispositivo permanente ou transitório, incluindo materiais de osteossíntese, que auxilie as funções de um membro, órgão ou tecido, sendo não ligados ao ato cirúrgico aqueles dispositivos cuja colocação ou remoção não requeiram a realização de ato cirúrgico;

VIII – fornecimento de próteses, órteses e seus acessórios de origem estrangeira, mesmo quando ligados ao ato cirúrgico.

IX – tratamentos ilícitos ou antiéticos, assim definidos sob o aspecto médico, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes;

2.17.9. Sistema de Utilização

a) Livre Escolha

a.1) Os beneficiários terão direito à livre escolha dos médicos, hospitais, pronto-socorros, laboratórios e outros serviços complementares de diagnóstico e terapia pelos quais serão atendidos, desde que constantes na lista credenciada da CONTRATADA. Por esse sistema, os beneficiários utilizam os serviços da Lista de Prestadores Referenciados/Credenciados, dentro dos padrões contratuais. A CONTRATADA deverá

obrigatoriamente ceder a todos os funcionários aderentes ao plano, livro atualizado da rede credenciada.

a.2) A CONTRATADA poderá modificar ou cancelar credenciamento de médicos ou entidades prestadoras de serviço, inclusive por sugestão da CONTRATANTE, preservando, entretanto, o padrão de qualidade e o nível de atendimento, mantendo a rede de credenciados/referenciados em número igual ou superior à inicialmente CONTRATADA.

b) Participações

b.1) O titular do plano terá o serviço custeado 85% pelo CRFa 9º Região.

b.2) Caso o titular opte pela inclusão de dependentes pagarão a título 00% do valor definido para o plano de acordo com a faixa etária.

c) Plantão de Atendimento Telefônico

c.1) Para informações médicas, hospitalares e administrativas aos beneficiários, bem como para autorizações de procedimentos, quando exigido, a CONTRATADA deverá dispor de plantão de atendimento telefônico gratuito 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados através de número 0800.

2.17.10. Disposições gerais sobre a assistência

a) A CONTRATADA deverá dar condições de atendimentos de urgência aos beneficiários, a qualquer hora, através de prontos-socorros credenciados/referenciados.

b) Em caso de necessidade de internação emergencial de beneficiários do Plano Tipo I, a CONTRATADA deverá garantir a hospitalização em quarto semi-privativo. Na falta deste, deverá acomodar o(s) beneficiário(s) em quarto privativo, sem ônus adicional para a CONTRATANTE e/ou beneficiários.

c) A empresa CONTRATADA deverá obrigatoriamente enviar para a CONTRATANTE as atualizações em seu cadastro referente aos médicos e demais profissionais credenciados/referenciados, bem como dos locais e serviços de atendimento contratados.

c.1) As atualizações acima descritas deverão ser informadas à CONTRATANTE por meio de documentos, quais sejam: arquivo emitido por e-mail, livro/registro, disponibilização em *site* próprio ou documento que assegure a informação da CONTRATANTE acerca das atualizações referentes ao cadastro de médicos e profissionais credenciados/referenciados.

c.2) Quarto semi privativo: dá direito à utilização de todos os serviços previstos neste Contrato. O quarto semi privativo deverá ser equipado com banheiro nas suas dependências e ter acomodações no máximo para 3 (três) pacientes.

2.18. Hospitais credenciados/referenciados em Manaus e Belém

2.18.1.A licitante deverá possuir credenciamento/referenciamento com, no mínimo, 10 (dez) hospitais no município de Manaus e Belém, tendo, obrigatoriamente, cada um destes hospitais um mínimo de 50 leitos. Cada unidade hospitalar apresentada deve possuir um número de inscrição junto à Receita Federal (CNPJ) individualizado. Não serão considerados, para o presente item, hospitais com menos de 50 leitos ou fora do Município de Manaus e Belém, bem como leitos em UTI neonatal, UTI adulto e leitos do Sistema Único de Saúde (SUS).

2.18.2. No mínimo 5 (cinco) dos 10(dez) hospitais mencionados no item 2.18.1 acima devem ser credenciados para atendimento de urgência/emergência.

2.18.3. A licitante vencedora deverá apresentar a relação dos hospitais, no envio da documentação de habilitação, como constante no item 4 do instrumento editalício.

2.18.4. Assistência 24 Horas

a) Os serviços abrangidos pela Assistência 24 Horas deverão estar estritamente de acordo com a legislação nacional em vigor.

2.19. Extravios, furtos ou avaria da carteira de identificação

a) O custo da emissão de nova carteira, quando houver, será descontado integralmente do beneficiário em folha de pagamento no valor cobrado pela CONTRATADA.

b) Quaisquer prejuízos causados pelo uso indevido da carteira de identificação durante o período em que permanecer cadastrado e após a vigência de sua exclusão serão única e exclusivamente do beneficiário, o qual ressarcirá à CONTRATADA por meio do CRFa 9ª Região.

3. Especialidades médicas credenciadas/referenciadas em Manaus e Belém

3.1. A licitante deverá apresentar juntamente com a proposta a relação atualizada dos médicos credenciados/referenciados para prestação dos serviços descritos neste edital, subdivididos por especialidade, sendo obrigatória a quantidade mínima estabelecida na tabela do item 3.4 abaixo para médicos credenciados/referenciados em cada especialidade, com atendimento em consultórios próprios na cidade de Manaus e Belém, sob pena de desclassificação.

3.2. Compromete-se a CONTRATADA a emitir relatórios gerenciais mensais (sinistralidade) com demonstrativo de faturamento e acompanhamento mensal por procedimentos ou por beneficiário.

3.3. Os serviços de assistência médico-hospitalar oferecidos pela CONTRATADA deverão compreender todos os procedimentos hospitalares, laboratoriais, clínicos, cirúrgicos, obstétricos, os atendimentos de urgência e emergência, e demais coberturas mínimas disciplinadas pela Lei Federal n.º 9.656, Resoluções Normativas da Agência Nacional de Saúde – ANS, Resoluções de Conselho de Saúde Suplementar – CONSU e pelos atos que os sucederem. Havendo divergência entre a legislação vigente e as especificações editalícias, deverá ser adotado o procedimento que melhor se adequar as necessidades do beneficiário, visando sempre o tratamento ou procedimento mais avançado e seguro disponível no mercado.

3.4. Relação de especialidades médicas obrigatórias

Especialidades e quantidades mínimas:

Acupuntura 10

Alergia imunologia (incluindo AIDS /cobertura às consultas, exames e às internações em locais indicados pela CONTRATADA), exceto medicações específicas (DDI, AZT e similares) 10

Anestesiologia 20

Angiologia 10

Audiometria 5

Cancerologia 15

Cardiologia 20
Cardiologia pediátrica 5
Cirurgia buco-maxilo-facial 3
Cirurgia cardiovascular 10
Cirurgia de cabeça e de pescoço 10
Cirurgia de mão 3
Cirurgia do aparelho digestivo, órgãos anexos e paredes abdominais 10
Cirurgia geral 15
Cirurgia ginecológica 5
Cirurgia pediátrica 15
Cirurgia plástica reparadora 10
Cirurgia torácica 10
Cirurgia vascular 15
Clínica geral 20
Coloproctologia 10
Densitometria óssea 3
Dermatologia 20
Ecocardiograma 3
Eletroneurografia 3
Endoscopia 5
Endocrinologia 10
Fisioterapia e Fisiatria 5
Gastroenterologia 15
Genética 10
Geriatria 10
Ginecologia e obstetrícia 20
Hematologia e hemoterapia 10
Homeopatia 10
Infectologia 10
Mastologia 10
Medicina física e reabilitação 15
Medicina intensiva 10
Medicina nuclear 5
Nefrologia 15
Neurocirurgia 10
Neurologia (inclusive cirurgias de porte V e VI) 5
Neurologia pediátrica (inclusive cirurgias de porte V e VI) 5
Oftalmologia (inclusive microcirurgia de astigmatismo/miopia/hipermetropia/catarata)
15
Oncologia 5
Ortopedia e traumatologia (inclusive gesso sintético e contenção ortopédica) 15
Otorrinolaringologia 15
Patologia 10
Pediatria 20
Pneumologia 10
Proctologia 5
Psiquiatria 15
Radioterapia 5
Radiologia e diagnóstico por imagem 10
Reumatologia 10

Nutrologia 3
Ultrassonografia 5
Urologia 15

4. Atendimento credenciado/referenciado de âmbito nacional

4.1. Neste quesito a comprovação será feita em função da licitante ter atendimento credenciado/referenciado de abrangência nacional, por meio de livros ou catálogos da rede.

5. Quadro de Distribuição por Faixas Etárias

O quadro abaixo apresenta a quantidade e faixa etária dos funcionários e seus dependentes, não representando qualquer compromisso ou obrigação da CONTRATANTE, visto que os funcionários ainda estão em processo de seleção/contratação. Além disto, a adesão ao plano a é de livre escolha dos funcionários.

Faixas	Servidores		Dependentes	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Até 18 anos				
19 a 23 anos		1		
24 a 28 anos	1			
29 a 33 anos		1		
34 a 38 anos				
39 a 43 anos	1			
44 a 48 anos				
49 a 53 anos				
54 a 58 anos				
59 anos ou mais				
Total	2	2		
Total	4			

5.1. Valores apresentados no quadro da atual distribuição por faixa etária dos beneficiados do Plano de Saúde vigente foi utilizado para estimativa de orçamento, considerando possível expansão do quadro de empregados do CRFa 9ª Região, mas este número não representa qualquer compromisso de contratação, apenas uma projeção para embasarmos Licitação.

6. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

6.1. Assim, oferecer um plano de saúde adequado aos empregados além de contribuir para a preservação da saúde de seus empregados, é um incentivo a mais na manutenção

da motivação e comprometimento de seu quadro de empregados, além de minimizar os fatores de riscos, que podem levar o empregado ao absenteísmo.

6.2. A contratação deve observar as coberturas mínimas obrigatórias previstas no Rol de Procedimentos e Eventos de Saúde Divulgados pela ANS, que nessa data encontra-se disciplinado na Resolução Normativa – RN nº 428/2015, de 07 de novembro de 2017, da Agência Nacional de Saúde Suplementar(ANS), que constitui a referência básica para cobertura mínima obrigatória da atenção à saúde nos planos privados de assistência à saúde, contratados a partir de 1º de janeiro de 1999.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE

7.1. Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para comprovação da capacidade técnica do licitante, no qual mencione a prestação de serviços de assistência à saúde, com abrangência nacional, sob regime coletivo, nas segmentações ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, abrangendo, no mínimo, 500 (quinhentos) beneficiários em uma única contratação.

7.1.1. O Atestado deverá conter Nome do responsável pela empresa/órgão público emitente, nº do CNPJ e telefone válido para contato. Serão efetuadas diligências para confirmar os dados e os serviços descritos no atestado/declaração. Caso não seja possível a confirmação das informações por falta de dados ou qualquer outro motivo alheio à vontade do CRFa 9ª Região, a empresa será automaticamente desclassificada.

7.2. Prova de registro ou autorização do licitante na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

7.2.2. No caso de cooperativa, o licitante deverá comprovar o registro, na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, de todas as cooperativas que sejam responsáveis pela prestação dos serviços;

7.3. Comprovar, através da apresentação da rede credenciada, que possui o nº mínimo exigido de profissionais na cidade de Manaus e Belém/RS, conforme item 3 deste termo de referência.

7.4. Comprovar, através da apresentação da rede credenciada, que possui o nº mínimo exigido de Hospitais e Redes de Atendimento na cidade de Manaus e Belém/RS, conforme item 2.18 deste termo de referência.

7.5. Comprovar que possui rede credenciada em todo Brasil.

7.6. Comprovar o mesmo nível de atendimento no Amazonas e Para. (esta exigência faz-se necessária, haja vista, a presença da empresa neste local por motivo de negócio e /ou profissional).

8. VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura, prorrogáveis nos termos do art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

8.2. A CONTRATADA deverá apresentar, no ato de assinatura do instrumento contratual, a lista dos procedimentos para os quais será exigida autorização prévia.

8.3. Para assinatura do Contrato será exigido Comprovante do Registro de Inscrição na entidade profissional competente - ANS - Agência Nacional de Saúde

9. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS

9.1. A CONTRATADA obrigará-se a entregar os serviços estritamente de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, responsabilizando-se pelo refazimento total ou parcial, na hipótese de se constatar defeitos na execução ou estiver em desacordo com as especificações adotadas. O Fiscal deve, neste caso, comunicar formalmente ao ALMOXARIFADO, quaisquer ocorrências quanto à execução dos serviços, para anotação nos registros daquele Setor e adoção das medidas cabíveis.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da CONTRATADA:

10.1.1. Executar o objeto de acordo com as condições, especificações e quantitativos estipulados no Edital e seus Anexos;

10.1.2. Cumprir rigorosamente os prazos estipulados neste Termo de Referência e seus Anexos;

10.1.3. Responder por todas as despesas referentes às obrigações decorrentes do direito de propriedade intelectual, trabalhistas, tributárias, previdenciárias, fiscais e de acidentes de trabalho no ambiente da CONTRATANTE;

10.1.4. Responder, objetivamente, por todos e quaisquer danos pessoais e materiais causados por seus empregados ou prepostos as dependências, instalações e equipamentos da CONTRATANTE e/ou de terceiros, decorrentes de ações ou omissão culposa ou dolosa, devidamente comprovadas, procedendo, imediatamente, os reparos ou indenização cabíveis, assumindo seus ônus, e, se assim não proceder, a CONTRATANTE lançará mão dos créditos a que fizer jus para ressarcir os prejuízos a que tem direito;

10.1.5. Não transferir o objeto a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

10.1.6. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte de Gestor indicado pela CONTRATANTE para acompanhamento da execução do objeto, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

10.1.7. Atender prontamente as solicitações técnicas e eventuais reclamações. O não atendimento destas será considerado motivo para aplicação das sanções contratuais previstas no Edital e seus Anexos.

10.1.8. Assegurar aos beneficiários regularmente cadastrados a assistência à saúde nos termos e na abrangência discriminados neste contrato e de acordo com as normas e regulamentações expedidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS;

10.1.9. Expedir, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de qualquer atendimento, o cartão de identificação individualizado para cada beneficiário cadastrado, a ser utilizado para fruição dos serviços contratados;

10.1.10. Segunda via ou renovação deverá ser expedida no prazo máximo de 10 (dias) dias da data de solicitação;

10.1.11. Não haverá qualquer custo para o CONTRATANTE e para os beneficiários com o fornecimento do primeiro cartão, segunda via ou renovação;

10.1.12. Disponibilizar sede ou escritório em Manaus e Belém – AM/PA, central telefônica de atendimento 24 horas, inclusive sábados, domingos e feriados (serviço 0800), bem como sítio da Internet, com o propósito de fornecer, no mínimo, serviços online e informações a respeito dos produtos e serviços próprios da operadora, credenciados, contratados, cooperados ou referenciados oferecidos pelo plano de assistência à saúde;

10.1.13. Fornecer ao CONTRATANTE relação de todos os eventos que necessitem de autorização/senha para a sua realização após a assinatura do contrato;

10.1.14. Providenciar a realização dos seguintes exames complementares sem a necessidade de autorização prévia:

- a) análises clínicas, excetuando os exames de medicina nuclear;
- b) anatomopatológicos, excetuando-se exames histopatológicos de placenta e necropsia de feto;
- c) radiológicos, excetuando-se radiologias intervencionistas, tomografias computadorizadas e arteriografias em geral;
- d) eletrocardiográficos;
- e) eletroencefalográficos; e
- f) ultrassonografias, excetuando-se, ecocardiografias.

10.1.15. Nos casos de urgência e emergência não será exigida autorização prévia para realização de qualquer exame ou procedimento.

10.1.16. Assegurar aos beneficiários autorização para procedimentos de forma ágil, através de e-mail, telefone ou internet/senha eletrônica.

10.1.17. As autorizações ou justificativas dos indeferimentos das mesmas deverão obedecer ao prazo máximo de 6 (seis) horas do respectivo pedido, ressalvadas as situações de urgências e emergências, nas quais deverão ser imediatamente autorizadas.

10.1.18. Quando não houver acomodação hospitalar disponível na rede própria, cooperada, credenciada, contratada ou referenciada, de acordo com o padrão de conforto escolhido pelo beneficiário, fica garantido o acesso à acomodação em nível superior, sem ônus adicional para o CONTRATANTE ou para o beneficiário.

10.1.19. A CONTRATADA deverá possibilitar que os médicos do CONTRATANTE, independentemente de serem da rede própria, cooperada, credenciada, contratada ou referenciada, solicitem exames complementares e que essas requisições sejam aceitas pelos prestadores de serviços.

10.1.20. As autorizações prévias, quando necessárias, para realização de exames e procedimentos, devem ser imediatas à solicitação, não podendo ensejar embaraços ou postergação ao atendimento do beneficiário.

10.1.21. A CONTRATADA deverá proporcionar, durante toda a contratação, credenciamento em todas as especialidades médicas e serviço de diagnóstico/tratamento compatíveis com a amplitude e abrangência do plano de saúde, mantendo, no mínimo, as condições apresentadas por ocasião da licitação.

10.1.22. A CONTRATADA deverá designar um responsável por todos os procedimentos relacionados à execução do contrato, inclusive quanto ao atendimento de todas as medidas necessárias ao bom andamento dos trabalhos, o qual deverá fornecer ao fiscal deste contrato, um número de telefone celular para eventual contato emergencial, sempre que se torne necessário.

10.1.23. A CONTRATADA observará a proibição contida no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

10.1.24. A execução do objeto obedecerá ao estipulado neste instrumento e na legislação pertinente à matéria, respeitadas as disposições constantes da proposta apresentada que, independentemente de transcrição, integram o contrato.

10.1.25. A **CONTRATADA** obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas:

a) rede própria, cooperada, credenciada, contratada ou referenciada que propicie aos beneficiários a utilização de todos os serviços necessários ao tratamento, diagnóstico e prevenção das doenças abrangidas na presente contratação;

b) prestação dos serviços contratados na forma preconizada em lei e pelos regulamentos expedidos pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, respeitada a compatibilidade com os preços de mercado.

c) no mínimo, os prestadores de serviços apresentados na proposta por ocasião da licitação, e, em caso de substituição, compromete-se a realizar credenciamento, no menor prazo possível, de estabelecimentos de qualidade similar às contratadas e informar imediatamente ao **CONTRATANTE**.

10.1.26. Fica garantido aos beneficiários o direito à opção quanto ao padrão de acomodação em Enfermaria (SEMIPRIVATIVO) nas internações hospitalares, devendo a opção do titular estender-se aos seus respectivos dependentes.

10.1.27. Haverá perda ou suspensão de direitos dos beneficiários à assistência à saúde, ora contratada, apenas nos casos em que ocorrer a comunicação pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** para este fim, ou se houver comprovação de prática de atos ilícitos.

10.1.28. Em qualquer hipótese é vedada a exigência de cheque caução aos beneficiários pelos estabelecimentos próprios, credenciados, contratados, cooperados ou referenciados da operadora, para realização de qualquer atendimento, exame, procedimento ou internação hospitalar, devendo para este fim a **CONTRATADA** orientar os serviços contratados/credenciados/referenciados/cooperados a não realizarem tal prática e, quando for o caso, fornecer as autorizações devidas imediatamente aos prestadores de serviços, sob pena de descumprimento das condições do contrato.

10.1.29. É facultada a substituição de entidade hospitalar desde que por outra equivalente e mediante comunicação ao **CONTRATANTE**, aos beneficiários e à ANS com 30 (trinta) dias de antecedência ressalvados deste prazo mínimo os casos decorrentes de rescisão por fraude ou infração das normas sanitárias e fiscais em vigor.

10.1.30. Na hipótese de a substituição de estabelecimento hospitalar ocorrer por vontade da operadora durante o período de internação do beneficiário, a operadora obriga-se a pagar as despesas até a alta hospitalar, na forma deste contrato.

10.1.31. Nos casos em que a substituição de estabelecimento hospitalar ocorrer por infração às normas sanitárias, durante o período de internação, a operadora arcará com a responsabilidade pela transferência imediata do beneficiário para outro estabelecimento equivalente, garantindo a continuidade da assistência sem qualquer ônus adicional.

10.1.32. Assumir plena responsabilidade legal, administrativa e técnica pela execução e qualidade dos serviços.

10.1.33. Competirá exclusivamente à **CONTRATADA** o pagamento de salários, horas-extras, gratificações e toda e qualquer classe de remuneração aos seus profissionais e também dos encargos sociais, prêmios de seguro de acidentes do trabalho, impostos,

taxas e outros que incidam ou venham a incidir sobre a contratação, cujos comprovantes de quitação deverão ser apresentados ao **CONTRATANTE** sempre que forem solicitados pelo mesmo.

10.1.34. Será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** o pagamento de qualquer indenização ao seu pessoal em decorrência de acidente do serviço ou doença adquirida em função do trabalho ou não, obrigando-se a inscrevê-lo no INSS, para efeito de inclusão no seguro de acidente do trabalho.

10.1.35. Compromete-se, igualmente, a **CONTRATADA**, a cumprir dentro dos devidos prazos, todas as obrigações fiscais, previdenciárias, sociais, trabalhistas e comerciais, a que estiver obrigada em virtude da contratação, cujos comprovantes de quitação deverão ser apresentados ao **CONTRATANTE** sempre que forem solicitados pelo mesmo.

10.1.36. A **CONTRATADA** fica obrigada a manter a regularidade trabalhista, nos termos da Lei n. 12.440/2011, a regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF - FGTS), à Seguridade Social (CND/CPD-EN) e à Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal – SRF e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN) independente de solicitação.

10.1.37. Serão de responsabilidade da **CONTRATADA** os danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do **CONTRATANTE** em seu acompanhamento.

10.1.38. Atualizar mensalmente na sua página web a relação dos profissionais e entidades prestadoras dos serviços credenciados e notificar de forma imediata ao CRFa 9ª Região as alterações na sua credenciada.

10.1.39. A **CONTRATADA** deverá, mensalmente, emitir Nota/Fatura mensal, conforme número de Titulares e Dependentes **ATIVOS** na data de corte, no preço e condições pactuadas;

10.1.40. Mensalmente, por ocasião do pagamento, **CONTRATADA** deverá enviar, por meio eletrônico, até o quinto dia útil do mês. Relação Mensal Detalhada dos Beneficiários, em arquivos tipo planilha Excel, com a composição dos valores cobrados, movimentações (inclusões e exclusões) ocorridas no período, classificadas nominalmente em 2 grupos de titulares: empregados e dependentes.

10.1.41. Ainda, por ocasião do pagamento, a licitante contratada deverá entregar um relatório de utilização dos beneficiários, de forma a demonstrar a utilização de todos os serviços por ela prestados e respectivos custos.

10.1.42. Comunicar ao CRFa 9ª Região a ocorrência de qualquer fato impeditivo à fiel execução do contrato.

10.1.43. Providenciar a imediata correção das deficiências nos serviços contratados, comunicadas pelos beneficiários do CRFa 9ª Região à Administradora do Plano de Saúde.

10.1.44. A Administradora do Plano de Saúde **CONTRATADA**, quando questionada a respeito de informações contratuais, deverá responder, impreterivelmente, em 5 (cinco) dias úteis, sob pena de advertência.

10.1.45. Prestar diretamente os serviços contratados, não sendo permitida a subcontratação, sob qualquer pretexto ou alegação, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência do CRFa 9º REGIÃO.

10.1.46. Mensalmente, a Administradora de Benefícios **CONTRATADA** deverá disponibilizar relatórios gerenciais com informações consolidadas dos principais tipos de uso, inclusões, mudanças e exclusões do plano.

10.1.47. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar relatório (formato Excel ou compatível), com todos os valores pagos referentes ao Plano de Saúde contratado, aberto por CPF (titular e respectivo dependentes) para fins de Declaração de Imposto de Renda –IR, onde dados deverão estar disponíveis para **CONTRATANTE** até **dia 5 (cinco)** de fevereiro de cada ano de vigência do **CONTRATO**.

10.1.48. A **CONTRATADA** deverá apresentar, mensalmente, relatórios especificando o regime de contas apresentadas e liberadas, por titular e seus dependentes, com as respectivas totalizações indicando o tipo de atendimento (consultas clínicas, consultas psiquiátricas, exames, internações etc), além de relatório anual ao final do período.

10.1.49. Todos os procedimentos novos que eventualmente sejam incluídos no rol de procedimentos previstos pela ANS, durante a vigência contratual, serão abrangidos pela cobertura contratada.

10.1.50. A **CONTRATADA** obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. O **CONTRATANTE** obrigar-se-á:

11.1.1. Designar servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;

11.1.2. Solicitar o serviço, mediante a emissão da Solicitação de Serviços.

11.1.3. Proporcionar à **CONTRATADA** todas as facilidades para o perfeito fornecimento do objeto licitado;

11.1.4. Efetuar o pagamento no preço e condições pactuadas.

11.1.5. Investir-se nos poderes de representação dos beneficiários do plano perante à **CONTRATADA**;

11.1.6. Relacionar os beneficiários, bem como prestar todas as informações necessárias aos cadastramentos, quando da assinatura deste instrumento contratual;

11.1.7. Encaminhar à **CONTRATADA** as inclusões e exclusões de beneficiários bem como todas as comunicações ou avisos inerentes à execução do contrato;

11.1.8. Não haverá cobrança de qualquer valor adicional para o **CONTRATANTE** e para os beneficiários quando ocorrer inclusões, exclusões ou alteração de padrão de acomodação que não tenha sido requisitado pelo beneficiário.

11.1.9. Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, os casos em que o beneficiário, por qualquer motivo, perder o direito de atendimento, nas condições exigidas na forma do instrumento de contrato;

11.1.10. Comunicar à **CONTRATADA**, eventuais extravios de “carteira de identificação” de beneficiário.

12. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, e será exercido por um representante da Administração, especialmente designado na forma dos artigos 67 a 73 da Lei nº 8.666/93.

12.2. O acompanhamento do contrato será realizado por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos:

12.2.1. Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

12.2.2. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

12.2.3. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

12.2.4. A satisfação do público usuário com o serviço prestado.

12.3. O Fiscal do CRFa 9ª Região terá acesso a qualquer tempo aos registros dos serviços;

12.4. A CONTRATADA ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pelo CONTRATANTE;

12.5. A Fiscalização se reserva o direito de impugnar os trabalhos que não forem feitos a contento, ficando a CONTRATADA na obrigação de refazê-los, sem ônus para o CONTRATANTE;

12.6. Os serviços ou bens serão recusados e devolvidos nas seguintes hipóteses:

12.6.1. Nota fiscal com especificação e quantidades em desacordo com o discriminado na solicitação de serviço;

12.6.2. Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste Termo;

12.7. A assistência da fiscalização da CONTRATANTE, de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da LICITANTE que vier a ser CONTRATADA, na prestação dos serviços a serem executados;

12.8. A Fiscalização poderá exigir o afastamento de qualquer funcionário ou do preposto da licitante vencedora que venham causar embaraço à fiscalização, que adotem procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas ou, ainda, por incompetência, indisciplina ou que perturbe o bom andamento dos trabalhos.

13. SANÇÕES / PENALIDADES

13.1. A CONTRATADA ficará passível das penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e legislações correlatas, garantida a prévia defesa, caso de inexecução total ou parcial do fornecimento dos serviços que lhe forem adjudicados, ou venha a fazê-lo fora das especificações e condições acordadas, impeça ou embarace, de alguma forma, a fiscalização que a CONTRATANTE se reserva ao direito de exercer, ou, ainda, transfira a outrem, no todo ou em parte, os serviços contratados, bem como o caucione ou utilize-o para qualquer operação financeira.

13.2. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei n.º 8.666, de 1993.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Segurança do Trabalho

14.2. É de responsabilidade da CONTRATADA planejar e executar suas atividades de modo a prevenir incidentes de trabalho, preservar a saúde de seus empregados e o meio ambiente.

14.3. A CONTRATADA é responsável pelos atos e atitudes de seus empregados ou subcontratados, decorrentes da inobservância dos procedimentos de Segurança e Meio

Ambiente; sua responsabilidade significa também a obrigação de interromper qualquer atividade ou postura que represente risco imediato à Segurança e Saúde das pessoas e que possa causar qualquer impacto (dano) ao Meio Ambiente.

14.4. A CONTRATADA deverá, antes do início das atividades, reunir-se com o Departamento SMS (Segurança, Meio Ambiente e Saúde), setor responsável pela Segurança do Trabalho da CRFa 9º Região, para fim de executar Análise Preliminar de Risco e outras providências.

14.5. A CONTRATADA deverá nomear uma pessoa Responsável, com experiência específica para cumprir as obrigações de Saúde, Segurança e Meio Ambiente.

14.6. A CONTRATADA deverá atender todas as normas de segurança da CRFa 9ª Região durante a vigência do contrato.

14.7. Conhecer e seguir as regras internas do CRFa 9ª Região.

14.8. Conhecer e seguir o PAE – Plano Atendimento à Emergência da CRFa 9ª Região.

14.9. É responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual e Coletivos necessários para realização das atividades.

14.10. Os Equipamentos de Proteção Individual deverão atender os requisitos da NR-6 do Ministério do Trabalho e Emprego.

14.11. A CONTRATADA deverá atender todas as legislações vigentes referentes à segurança do trabalho.

14.12. As tarefas da CONTRATADA podem ser objeto de planejamento e análise especial da segurança.

14.13. A CONTRATADA deverá participar de treinamento de integração para acesso regular nas dependências do CRFa 9º Região.

14.14. A CONTRATADA deverá manter as documentações em dia referente às atividades de segurança do trabalho, como por exemplo:

- ☐ PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- ☐ PCMSO – Programa de Controle Médico de saúde Ocupacional;
- ☐ Ordem de serviço – conforme NR 01;
- ☐ Análise Preliminar de Risco – APR;
- ☐ Exames médicos admissionais e periódicos;
- ☐ Qualificação e habilitação dos profissionais que executarão as atividades nas dependências do CRFa 9ª Região.

Neodete Korbes Maues
Setor do Requisitante

Abstraídos os aspectos técnicos para a elaboração do Termo de Referência e considerando ainda, tão somente, os aspectos formais em estrita observância às normas pertinentes, constante desse documento, aprovo o mesmo e autorizo a abertura do processo licitatório.

David Lucio Almeida da Silva

Presidente do Conselho Regional de Fonoaudiologia 9ª Região

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

PREGÃO Nº 01/2020 PROCESSO N.º: 18/2019

Prezado(a) Senhor(a),

Apresentamos a Vossa Senhoria nossa proposta para a execução dos serviços conforme descrição abaixo:

Item	Descrição Detalhada	Un	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
01	XXXXXXXXXX	XX	XX		
02	XXXXXXXXXX	XX	XX		

Nos preços acima propostos, estão inclusos todos os custos necessários para a execução dos serviços, objeto do Pregão em referência, como todas as despesas, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, e que influenciem na formação dos preços desta Proposta.

O prazo de validade da proposta é de _____ (_____) dias, contados da data de abertura do Pregão nº 01/2019. *(Não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias).*

O prazo de entrega dos serviços será de _____ (_____) *(Não poderá ser superior ao indicado no Termo de Referência).*

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a entregar o serviço no prazo determinado no Edital, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

DADOS DA EMPRESA

Razão Social:

CNPJ:

IE:

IM:

Endereço:

Tel/Fax:

CEP:

Cidade:

UF:

Banco:

Agência:

C/C:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

NOME:

CPF

RG

_____, _____ de _____ de 2019.

(nome, assinatura e CPF do declarante)

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXXXX

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
CONSELHO REGIONAL DE
FONOAUDIOLOGIA 9ª REGIÃO E A
EMPRESA XXX**

O CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA DO AMAZONAS 9º REGIÃO, Autarquia Federal criada pela Lei nº 6.695, de 9 de dezembro de 1981, regulamentada pelo Decreto nº 87.218, de 31 de maio de 1982, com sede na Av. Gabriel Correa Pedrosa, nº 180, sala 14, Edifício Carvalho Center – Bairro Parque 10 - Conjunto Castelo Branco - CEP 69055-011, Manaus-AM, neste ato representado pelo seu Presidente, DAVID LUCIO ALMEIDA DA SILVA, , brasileiro, casado, fonoaudiólogo, inscrito no CPF sob o nº XXXXXX no uso de suas atribuições legais e regimentais, e a empresa _____, doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob nº _____, Inscrição Municipal _____, Inscrição Estadual _____, com sede em _____, neste ato representada por seu Diretor Presidente, _____, e inscrito no CPF sob nº _____, firmam este **CONTRATO**, conforme autorização contida no Processo nº 18/2019, referente ao **Pregão Eletrônico nº 01/2019**, que rege-se pela Lei nº 8.666/93 e Decreto 1024/2019, e demais legislações que regem a matéria, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a contratação de Empresa Operadora de Plano de Assistência à saúde para prestação de serviços médico-hospitalar, ambulatorial e laboratorial, conforme Rol de Procedimentos previstos pela Agência Nacional de Saúde (ANS), em nível nacional, nos tipos Plano Básico (tipo enfermagem-semiprivativo), a serem executados no CRFa 9 REGIÃO, Av. Gabriel Correa Pedrosa, nº 180, sala 14, Edifício Carvalho Center – Bairro Parque 10 - Conjunto Castelo Branco - CEP 69055-011, Manaus.

Subcláusula Única - Integram o presente instrumento, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico nº 1/2019, anexos e Proposta Comercial da empresa CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME EXECUÇÃO

O objeto do presente CONTRATO será de execução indireta, em regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Caberá à CONTRATADA:

- I.** Executar o CONTRATO de acordo com as condições, especificações e quantitativos estipulados no Edital e Anexos;

- II.** Cumprir rigorosamente os prazos estipulados no CONTRATO, no Edital e Anexos;
- III.** Empregar, na execução dos serviços pessoal preparado, legalizado, e, quando em serviço, uniformizado e limpo, portando crachá de identificação;
- IV.** Responder por todas as despesas referentes às obrigações decorrentes do direito de propriedade intelectual, trabalhistas, tributárias, previdenciárias, fiscais e de acidentes de trabalho no ambiente da CONTRATANTE;
- V.** Responder, objetivamente, por todos e quaisquer danos pessoais e materiais causados por seus empregados ou prepostos nas dependências, instalações e equipamentos da CONTRATANTE e/ou de terceiros, decorrentes de ações ou omissão culposa ou dolosa, devidamente comprovadas, procedendo, imediatamente, os reparos ou indenização cabíveis, assumindo seus ônus, e, se assim não proceder, a CONTRATANTE lançará mão dos créditos a que fizer jus para ressarcir os prejuízos a que tem direito;
- VI.** Não transferir o CONTRATO a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- VII.** Indicar um representante, sem ônus para a CONTRATANTE que atuará como Gestor Técnico Administrativo deste CONTRATO;
- VIII.** Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte de Fiscal indicado pela CONTRATANTE para acompanhamento da execução deste CONTRATO, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo as reclamações formuladas;
- IX.** Atender prontamente as solicitações técnicas e eventuais reclamações. O não atendimento destas será considerado motivo para aplicação das sanções previstas neste CONTRATO;
- X.** Providenciar, junto às autoridades competentes, a obtenção de licença, autorização de funcionamento e alvará da atividade a que se propõe, se for o caso;
- XI.** Adotar todos os critérios de segurança exigidos em legislação, tanto para os empregados quanto para a execução dos serviços;
- XII.** A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições habilitatórias exigidas na licitação.
- XIII.** Assegurar aos beneficiários regularmente cadastrados a assistência à saúde nos termos e na abrangência discriminados neste contrato e de acordo com as normas e regulamentações expedidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS;
- XIV.** Expedir, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de qualquer atendimento, o cartão de identificação individualizado para cada beneficiário cadastrado, a ser utilizado para fruição dos serviços contratados;
- XV.** Segunda via ou renovação deverá ser expedida no prazo máximo de 10 (dias) dias da data de solicitação;
- XVI.** Não haverá qualquer custo para o CONTRATANTE e para os beneficiários com o fornecimento do primeiro cartão, segunda via ou renovação;
- XVII.** Disponibilizar sede ou escritório em Manaus e Belém, central telefônica de atendimento 24 horas, inclusive sábados, domingos e feriados (serviço 0800), bem como sítio da Internet, com o propósito de fornecer, no mínimo, serviços online e informações a respeito dos produtos e serviços próprios da operadora, credenciados, contratados, cooperados ou referenciados oferecidos pelo plano de assistência à saúde;

- XVIII.** Fornecer ao CONTRATANTE relação de todos os eventos que necessitem de autorização/senha para a sua realização após a assinatura do contrato;
- XIX.** Providenciar a realização dos seguintes exames complementares sem a necessidade de autorização prévia:
- a) análises clínicas, excetuando os exames de medicina nuclear;
 - b) anatomopatológicos, excetuando-se exames histopatológicos de placenta e necropsia de feto;
 - c) radiológicos, excetuando-se radiologias intervencionistas, tomografias computadorizadas e arteriografias em geral;
 - d) eletrocardiográficos;
 - e) eletroencefalográficos; e
 - f) ultrassonografias, excetuando-se, ecocardiografias.
- XX.** Nos casos de urgência e emergência não será exigida autorização prévia para realização de qualquer exame ou procedimento.
- XXI.** Assegurar aos beneficiários autorização para procedimentos de forma ágil, através de e-mail, telefone ou internet/senha eletrônica.
- XXII.** As autorizações ou justificativas dos indeferimentos das mesmas deverão obedecer ao prazo máximo de 6 (seis) horas do respectivo pedido, ressalvadas as situações de urgências e emergências, nas quais deverão ser imediatamente autorizadas.
- XXIII.** Quando não houver acomodação hospitalar disponível na rede própria, cooperada, credenciada, contratada ou referenciada, de acordo com o padrão de conforto escolhido pelo beneficiário, fica garantido o acesso à acomodação em nível superior, sem ônus adicional para o CONTRATANTE ou para o beneficiário.
- XXIV.** A CONTRATADA deverá possibilitar que os médicos do CONTRATANTE, independentemente de serem da rede própria, cooperada, credenciada, contratada ou referenciada, solicitem exames complementares e que essas requisições sejam aceitas pelos prestadores de serviços.
- XXV.** As autorizações prévias, quando necessárias, para realização de exames e procedimentos, devem ser imediatas à solicitação, não podendo ensejar embaraços ou postergação ao atendimento do beneficiário.
- XXVI.** A CONTRATADA deverá proporcionar, durante toda a contratação, credenciamento em todas as especialidades médicas e serviço de diagnóstico/tratamento compatíveis com a amplitude e abrangência do plano de saúde, mantendo, no mínimo, as condições apresentadas por ocasião da licitação.
- XXVII.** A CONTRATADA deverá designar um responsável por todos os procedimentos relacionados à execução do contrato, inclusive quanto ao atendimento de todas as medidas necessárias ao bom andamento dos trabalhos, o qual deverá fornecer ao fiscal deste contrato, um número de telefone celular para eventual contato emergencial, sempre que se torne necessário.
- XXVIII.** A CONTRATADA observará a proibição contida no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição do trabalho noturno, perigoso ou

insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

XXIX. A execução do objeto obedecerá ao estipulado neste instrumento e na legislação pertinente à matéria, respeitadas as disposições constantes da proposta apresentada que, independentemente de transcrição, integram o contrato.

XXX. A **CONTRATADA** obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas:

a) rede própria, cooperada, credenciada, contratada ou referenciada que propicie aos beneficiários a utilização de todos os serviços necessários ao tratamento, diagnóstico e prevenção das doenças abrangidas na presente contratação;

b) prestação dos serviços contratados na forma preconizada em lei e pelos regulamentos expedidos pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, respeitada a compatibilidade com os preços de mercado.

c) no mínimo, os prestadores de serviços apresentados na proposta por ocasião da licitação, e, em caso de substituição, compromete-se a realizar credenciamento, no menor prazo possível, de estabelecimentos de qualidade similar às contratadas e informar imediatamente ao **CONTRATANTE**.

XXXI. Fica garantido aos beneficiários o direito à opção quanto ao padrão de acomodação em Enfermaria (SEMIPRIVATIVO) nas internações hospitalares, devendo a opção do titular estender-se aos seus respectivos dependentes.

XXXII. Haverá perda ou suspensão de direitos dos beneficiários à assistência à saúde, ora contratada, apenas nos casos em que ocorrer a comunicação pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** para este fim, ou se houver comprovação de prática de atos ilícitos.

XXXIII. Em qualquer hipótese é vedada a exigência de cheque caução aos beneficiários pelos estabelecimentos próprios, credenciados, contratados, cooperados ou referenciados da operadora, para realização de qualquer atendimento, exame, procedimento ou internação hospitalar, devendo para este fim a **CONTRATADA** orientar os serviços contratados/credenciados/referenciados/cooperados a não realizarem tal prática e, quando for o caso, fornecer as autorizações devidas imediatamente aos prestadores de serviços, sob pena de descumprimento das condições do contrato.

XXXIV. É facultada a substituição de entidade hospitalar desde que por outra equivalente e mediante comunicação ao **CONTRATANTE**, aos beneficiários e à ANS com 30 (trinta) dias de antecedência ressalvados deste prazo mínimo os casos decorrentes de rescisão por fraude ou infração das normas sanitárias e fiscais em vigor.

XXXV. Na hipótese da substituição de estabelecimento hospitalar ocorrer por vontade da operadora durante o período de internação do beneficiário, a operadora obriga-se a pagar as despesas até a alta hospitalar, na forma deste contrato.

XXXVI. Nos casos em que a substituição de estabelecimento hospitalar ocorrer por infração às normas sanitárias, durante o período de internação, a operadora arcará com a responsabilidade pela transferência imediata do beneficiário para outro estabelecimento equivalente, garantindo a continuidade da assistência sem qualquer ônus adicional.

- XXXVII.** Assumir plena responsabilidade legal, administrativa e técnica pela execução e qualidade dos serviços.
- XXXVIII.** Competirá exclusivamente à **CONTRATADA** o pagamento de salários, horas-extras, gratificações e toda e qualquer classe de remuneração aos seus profissionais e também dos encargos sociais, prêmios de seguro de acidentes do trabalho, impostos, taxas e outros que incidam ou venham a incidir sobre a contratação, cujos comprovantes de quitação deverão ser apresentados ao **CONTRATANTE** sempre que forem solicitados pelo mesmo.
- XXXIX.** Será de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** o pagamento de qualquer indenização ao seu pessoal em decorrência de acidente do serviço ou doença adquirida em função do trabalho ou não, obrigando-se a inscrevê-lo no INSS, para efeito de inclusão no seguro de acidente do trabalho.
- XL.** Compromete-se, igualmente, a **CONTRATADA**, a cumprir dentro dos devidos prazos, todas as obrigações fiscais, previdenciárias, sociais, trabalhistas e comerciais, a que estiver obrigada em virtude da contratação, cujos comprovantes de quitação deverão ser apresentados ao **CONTRATANTE** sempre que forem solicitados pelo mesmo.
- XLI.** A **CONTRATADA** fica obrigada a manter a regularidade trabalhista, nos termos da Lei n. 12.440/2011, a regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF - FGTS), à Seguridade Social (CND/CPD-EN) e à Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal – SRF e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN) independente de solicitação.
- XLII.** Serão de responsabilidade da **CONTRATADA** os danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do **CONTRATANTE** em seu acompanhamento.
- XLIII.** Atualizar mensalmente na sua página web a relação dos profissionais e entidades prestadoras dos serviços credenciados e notificar de forma imediata ao CRFa 9º Região as alterações na sua credenciada.
- XLIV.** A **CONTRATADA** deverá, mensalmente, emitir Nota/Fatura mensal, conforme número de Titulares e Dependentes **ATIVOS** na data de corte, no preço e condições pactuadas;
- XLV.** Mensalmente, por ocasião do pagamento, **CONTRATADA** deverá enviar, por meio eletrônico, até o quinto dia útil do mês. Relação Mensal Detalhada dos Beneficiários, em arquivos tipo planilha excell, com a composição dos valores cobrados, movimentações (inclusões e exclusões) ocorridas no período, classificadas nominalmente em 2 grupos de titulares: empregados e dependentes.
- XLVI.** Ainda, por ocasião do pagamento, a licitante contratada deverá entregar um relatório de utilização dos beneficiários, de forma a demonstrar a utilização de todos os serviços por ela prestados e respectivos custos.
- XLVII.** Comunicar ao CRFa 9º Região a ocorrência de qualquer fato impeditivo à fiel execução do contrato.

XLVIII. Providenciar a imediata correção das deficiências nos serviços contratados, comunicadas pelos beneficiários do CRFa 9º Região à Administradora do Plano de Saúde.

XLIX. A Administradora do Plano de Saúde **CONTRATADA**, quando questionada a respeito de informações contratuais, deverá responder, improrrogavelmente, em 5 (cinco) dias úteis, sob pena de advertência.

L. Prestar diretamente os serviços contratados, não sendo permitida a subcontratação, sob qualquer pretexto ou alegação, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência do CRFA 9º REGIÃO.

LI. Mensalmente, a Administradora de Benefícios **CONTRATADA** deverá disponibilizar relatórios gerenciais com informações consolidadas dos principais tipos de uso, inclusões, mudanças e exclusões do plano.

LII. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar relatório (formato excel ou compatível), com todos os valores pagos referentes ao Plano de Saúde contratado, aberto por CPF (titular e respectivo dependentes) para fins de Declaração de Imposto de Renda –IR, onde dados deverão estar disponíveis para **CONTRATANTE** até **dia 5 (cinco)** de fevereiro de cada ano de vigência do **CONTRATO**.

LIII. A **CONTRATADA** deverá apresentar, mensalmente, relatórios especificando o regime de contas apresentadas e liberadas, por titular e seus dependentes, com as respectivas totalizações indicando o tipo de atendimento (consultas clínicas, consultas psiquiátricas, exames, internações etc), além de relatório anual ao final do período.

LIV. Todos os procedimentos novos que eventualmente sejam incluídos no rol de procedimentos previstos pela ANS, durante a vigência contratual, serão abrangidos pela cobertura contratada.

Caberá à **CONTRATANTE**:

I. Permitir acesso dos empregados da **CONTRATADA** às dependências e locais indicados neste **CONTRATO**, para a execução dos serviços.

II. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste **CONTRATO**, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

III. Comunicar à **CONTRATADA** qualquer irregularidade manifestada na execução dos serviços e determinar a interrupção imediata do serviço, se for o caso.

IV. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço entregue em desacordo com as especificações;

V. Atestar as faturas correspondentes, após realizada rigorosa conferência das características dos serviços;

VI. Efetuar o pagamento do preço nas condições pactuadas.

VII. Investir-se nos poderes de representação dos beneficiários do plano perante à **CONTRATADA**;

VIII. Relacionar os beneficiários, bem como prestar todas as informações necessárias aos cadastramentos, quando da assinatura deste instrumento contratual;

IX. Encaminhar à **CONTRATADA** as inclusões e exclusões de beneficiários bem como todas as comunicações ou avisos inerentes à execução do contrato;

X. Não haverá cobrança de qualquer valor adicional para o **CONTRATANTE** e para os

beneficiários quando ocorrer inclusões, exclusões ou alteração de padrão de acomodação que não tenha sido requisitado pelo beneficiário.

- XI.** Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, os casos em que o beneficiário, por qualquer motivo, perder o direito de atendimento, nas condições exigidas na forma do instrumento de contrato;
- XII.** Comunicar à **CONTRATADA**, eventuais extravios de “carteira de identificação” de beneficiário.

CLÁUSULA QUARTA – DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados para o CRFa 9ª Região, localizado na Av. Gabriel Correa Pedrosa, 180 –3º andar, sala 14 - Ed. Carvalho Center / Conjunto Castelo Branco Bairro: Parque 10 de novembro / Manaus/AM - CEP. 69055-011

(Por ocasião da assinatura do CONTRATO será transcrito neste local do item 2 ao 5 do Termo de Referência).

CLÁUSULA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento quanto ao perfeito cumprimento do objeto deste CONTRATO ocorrerá por conta da CONTRATADA, e a fiscalização por conta da CONTRATANTE, que designará servidor responsável, ao qual competirá acompanhar, controlar e avaliar a execução do CONTRATO, bem como dirimir as dúvidas que surgirem no seu curso, de tudo dando ciência à administração superior, nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93, em sua versão atualizada.

Subcláusula Primeira - A execução do CONTRATO deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos:

Subcláusula Segunda – A CONTRATANTE, por intermédio de seu fiscal, constituído na forma da Lei, poderá:

- I.** Monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida;
- II.** Verificar os resultados alcançados, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- III.** Verificar os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- IV.** Verificar a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- V.** Verificar o cumprimento das demais obrigações decorrentes do CONTRATO;
- VI.** Verificar a satisfação do público usuário.

Subcláusula Terceira - O Representante da CONTRATADA anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento objeto deste CONTRATO,

providenciando, sempre que necessário e conveniente, às devidas providências para sanarem quaisquer irregularidades, desvios e/ou deficiências detectadas. As decisões e providências que ultrapassem a sua competência deverão ser encaminhadas, em tempo hábil, ao seu superior para adoção das medidas cabíveis.

Subcláusula Quarta - O Fiscal do CONTRATO deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

Subcláusula Quinta – Entende-se como Fiscal do CONTRATO, os servidores/funcionários pertencentes ao quadro da CONTRATANTE devidamente designados e nomeados por Portaria para acompanhamento da execução do presente CONTRATO.

Subcláusula Sexta – O Fiscal do CONTRATO poderá exigir, uma vez comprovada a necessidade, o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da **CONTRATADA** que, por justas razões, vier a desmerecer a confiança, embarace a fiscalização ou ainda que venha a se conduzir de modo inconvenientemente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram delegadas;

Subcláusula Sétima - As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa, salvo as excepcionalidades previstas no art. 8º da IN nº 02/08 da SLTI do MPOG. Da mesma forma eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados.

Subcláusula Oitava - A fiscalização da CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade no fornecimento e, na ocorrência deste, não implica em corresponsabilidade daquele, em conformidade com o disposto no art. 70, da Lei nº 8.666/93, em sua versão atualizada.

CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, o objeto deste CONTRATO será recebido mediante nota fiscal:

- I.** Provisoriamente, imediatamente após efetuada a entrega do bem e/ou serviço, para efeito de posterior verificação da conformidade as especificações e a proposta;
- II.** Definitivamente, em até 7 (sete) dias úteis.

Subcláusula Primeira - A NF deverá ser emitida, apenas, após a entrega dos relatórios de controle e medição e autorização do fiscal do contrato, até o dia 25 de cada mês. Após esta data, no 1º dia do mês subsequente.

Subcláusula Segunda - Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços executados possuem vícios aparentes ou redibitórios ou estão em desacordo com as

especificações ou a proposta, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanado o problema.

Subcláusula Terceira - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço e/ou bem, nem a ético-profissional pela perfeita execução do CONTRATO, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da CONTRATANTE para o exercício de 2020, no, no Elemento de Despesa 6.2.2.1.1.01.04.01.003 Plano de Saúde, aprovados em plenária no valor 39.112,00 em 29/10/2019.

Subcláusula Única - A despesa estimada para o exercício subsequente será objeto de destaque específico, a ser oportunamente formalizado mediante emissão de nota de empenho.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias corridos, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo Setor competente, sendo efetuada a retenção dos tributos e contribuições sobre o pagamento a ser realizado, conforme determina a legislação vigente. A Nota Fiscal deverá ser emitida somente após a entrega dos relatórios de controle e medição e autorização do fiscal do contrato, até o dia 25 de cada mês. Após esta data, a partir do 1º dia do mês subsequente.

Subcláusula Primeira - Os pagamentos serão creditados em nome da CONTRATADA, 30 dias após a entrega/conclusão dos serviços, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste CONTRATO. É vedado o pagamento de faturas com código de barras. Caso ocorra prejuízo a CONTRATANTE pelo motivo de operações financeiras realizadas pela CONTRATADA e/ou emissão de fatura com código de barras aplicar-se-á a devida sanção administrativa conforme previsto na cláusula 14ª, inciso III.

Subcláusula Segunda - Nenhum pagamento será realizado pela CONTRATANTE sem que antes seja procedida à prévia e necessária consulta a documentação fiscal para verificação da regularidade da CONTRATADA, além da comprovação de pagamento das remunerações de seus empregados e do recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida.

Subcláusula Terceira - Constatada a situação de irregularidade da CONTRATADA, esta será advertida, por escrito, para que, no prazo de até 10 (dez) dias, regularize sua situação.

Subcláusula Quarta - Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

– SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei nº 9.317/96 e sua sucessora, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Subcláusula Quinta - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

Subcláusula Sexta - As obrigações pagas com atraso serão atualizadas monetariamente desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

VP = Valor da parcela a ser paga;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Subcláusula Sétima - O envelope com a nota fiscal/fatura, obrigatoriamente deverá ser destinado A/C setor financeiro do CRFa 9ª Região.

CLÁUSULA NONA – DO PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ **XXX (XXX)**, pelos serviços efetivamente prestados, de acordo com as solicitações constantes das autorizações de serviços e da Proposta de preços da CONTRATADA.

Subcláusula Primeira - O valor total mensal dos serviços é de R\$ **XXX (XXXXXXXXXX)**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DADOS BANCÁRIOS DA CONTRATADA

Os dados bancários para pagamento da CONTRATADA são os seguintes: Banco: _____, Agência: _____ e Conta: _____.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente CONTRATO terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo, no interesse da administração, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos,

até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme prevê o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Subcláusula Única – Toda prorrogação contratual será precedida de avaliação dos preços praticados no mercado para serviços da espécie para que seja verificada a manutenção da vantajosidade da manutenção da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este CONTRATO poderá ser alterado, nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº. 8.666/93, devidamente justificadas, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

Independente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais constituem motivos para rescisão do presente CONTRATO a ocorrência de qualquer uma das situações previstas no art. 78 da Lei n.º 8.666/93, assegurados sempre à CONTRATADA a ampla defesa e o contraditório, além do atendimento às condições previstas no art. 79 da mesma Lei.

Subcláusula Primeira – A decretação de falência, pedido de concordata, dissolução da Sociedade, alteração social ou modificação de finalidade ou de estrutura da CONTRATADA que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução deste CONTRATO, poderão motivar sua rescisão.

Subcláusula Segunda - A rescisão deste CONTRATO poderá ser amigável, por acordo entre as partes e reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, ou judicial, nos termos da legislação processual pertinente.

Subcláusula Terceira – Em havendo multas ou ressarcimentos por danos no momento da rescisão contratual e não existindo créditos em favor da CONTRATADA, ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, a CONTRATANTE oficializará à CONTRATADA para que esta efetue o ressarcimento, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento do comunicado o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão ou da diferença entre estes e os créditos a que tenha direito;

Subcláusula Quarta - Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado na Subcláusula anterior, o valor correspondente aos prejuízos experimentados pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente;

Subcláusula Quinta - A subcontratação, a cessão ou transferência, de forma total ou parcial, do objeto deste CONTRATO que não obtiver a devida autorização da CONTRATANTE, será motivo para a rescisão unilateral, podendo ainda, ensejar a aplicação das sanções previstas neste Instrumento.

Subcláusula Sexta - A fusão, cisão ou incorporação, da CONTRATADA poderá ser admitida, desde que comunicada formal e tempestivamente a CONTRATANTE e não venha a causar prejuízos ao andamento dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES

Pela inexecução total ou parcial do objeto do presente CONTRATO, erros de execução, mora na execução dos serviços, a CONTRATANTE aplicará, garantida a prévia defesa à CONTRATADA, as seguintes sanções:

- I.** Advertência por escrito;
- II.** Multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculada sobre o valor mensal estimado para contratação e até o 5º dia corrido, nos seguintes casos:
 - a)** não atendimento, nos prazos solicitados, das recomendações e/ou determinações emanadas da fiscalização e/ou da Administração e, ainda, o não cumprimento ou o cumprimento intempestivo de quaisquer das cláusulas pactuadas neste instrumento;
 - b)** a partir do 6º (sexto) dia, sem que seja solucionada a pendência, a administração poderá considerar como inexecução total ou parcial dos serviços, podendo, a seu critério, aplicação das demais sanções previstas neste instrumento;
- III.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do CONTRATO, no caso de ocorrer a inexecução total ou parcial dos serviços, o que ensejará a rescisão do CONTRATO, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;
- IV.** Suspensão temporária do direito de participar de licitações e contratar com a CRFa 9ª Região, por um período não superior a dois anos; e
- V.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a CONTRATANTE, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada, com base no inciso anterior.

Subcláusula Primeira - A sanção estabelecida no inciso V acima é de competência exclusiva da Autoridade Competente da CONTRATANTE, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Subcláusula Segunda – As multas estipuladas nos incisos II e III acima serão aplicadas nas demais hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas e deverão ser recolhidas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.

Subcláusula Terceira - As sanções previstas nos incisos I, IV e V acima poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II ou III, acima, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Subcláusula Quarta - A penalidade será obrigatoriamente registrada no SICAF e no caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste CONTRATO e das demais comunicações legais.

Subcláusula Quinta - O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal ou do crédito existente na CONTRATANTE em relação à CONTRATADA. Caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

Subcláusula Sexta – As sanções previstas nos incisos IV e V acima poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
2. Tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e
3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração.

Subcláusula Sétima – Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da execução dos serviços advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

Subcláusula Oitava – Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito.

Subcláusula Nona - O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei n.º 8.666, de 1993.

Subcláusula Décima - As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração da CONTRATANTE, devidamente justificado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos decorrentes da execução deste CONTRATO serão resolvidos de comum acordo entre as Partes, e, em último caso, remetido à autoridade superior da Administração do CONTRATANTE, para decidir, tudo em estrita observância à Lei nº 8666/93, em sua versão atualizada e, no que couber, supletivamente, aos Princípios da Teoria Geral dos CONTRATOS e das disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento, nos termos do Parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA CONFIDENCIALIDADE

A CONTRATADA não deverá revelar nenhuma informação confidencial repassada pela CONTRATANTE. Estas informações só poderão ser repassadas as empresas afiliadas, empregados envolvidos nesta prestação de serviços, CONTRATANTES ou representantes autorizados da CONTRATADA que tenham necessidade de saber as informações relacionadas aos fins deste CONTRATO e que tenham firmado acordos de

confidencialidade ou que estejam de qualquer outra maneira vinculadas por obrigações de confidencialidade no mínimo tão restritivas quanto às contidas no presente instrumento.

Subcláusula Primeira - Deverá ser considerada como informação confidencial, toda e qualquer informação escrita ou oral revelada à CONTRATADA, contendo ou não a expressão “CONFIDENCIAL”. O termo “Informação” abrangerá toda informação escrita, verbal ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, designs, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, fitas, CONTRATOS, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, dentre outros, doravante denominados “INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS”, a que, diretamente ou através de seus diretores, empregados e/ou prepostos, venha a CONTRATADA ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiadas durante e em razão das tratativas realizadas e desse CONTRATO.

Subcláusula Segunda - As obrigações da CONTRATADA em relação às informações confidenciais decorrentes do presente CONTRATO deverão perdurar por um período de 5 (cinco) anos a contar da data em que a informação confidencial foi revelada, a menos que a CONTRATADA seja anteriormente liberada de tal obrigação pela CONTRATANTE por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO REAJUSTE

Os valores contratados poderão ser reajustados anualmente, por acordo entre as partes, após decorridos os 12 (doze) primeiros meses de vigência contratual, com base no Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou por outro índice que venha a substituí-lo, observadas as disposições do art. 5º do Decreto nº 1.054, de 07/02/1994 e demais normas legais aplicáveis, desde que tenha confirmado com os padrões de mercado, mediante pesquisa realizada pela Administração.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

As partes CONTRATANTES elegem o foro da Justiça Federal de Manaus AM, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação e execução do presente CONTRATO.

Subcláusula Única - E para que surta seus jurídicos e legais efeitos, como prova de assim haverem contratado, firmam o presente instrumento particular de CONTRATO em duas vias de igual forma e teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Manaus, _____ de _____ de 20

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

Testemunha 1: _____
Nome: _____

Testemunha 2: _____
Nome: _____